

GRUPAMENTO DE APOIO DE MANAUS

Estudo Técnico Preliminar 7/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 67615.003928/2026-36

2. Descrição da necessidade

A contratação de empresa especializada para a confecção, substituição e revitalização de placas de sinalização interna e externa visa atender à necessidade de manutenção da identidade visual institucional e da padronização das instalações físicas do CINDACTA IV e de seus Destacamentos.

A atual sinalização encontra-se, em grande parte, desgastada, despadronizada ou obsoleta, o que compromete não apenas a estética das instalações, mas também a eficiência da comunicação visual, a orientação de visitantes e militares, e o cumprimento de normas de acessibilidade, segurança e organização funcional do espaço físico.

A contratação proposta objetiva:

- Padronizar a sinalização institucional, conforme layout visual da Força Aérea Brasileira, assegurando coesão, identidade e comunicação clara nos ambientes;
- Substituir placas danificadas ou antigas, garantindo maior durabilidade com uso de materiais resistentes à intempérie, como alumínio e inox, associados a adesivos vinílicos de alta performance, com proteção UV e acabamento profissional;
- Revitalizar placas ainda utilizáveis, por meio de remoção de adesivos antigos e aplicação de novos adesivos, com técnicas apropriadas que garantam aderência, acabamento e legibilidade;
- Melhorar a experiência de usuários e visitantes, facilitando a localização de setores, portas, vias e acessos dentro das instalações militares;
- Evitar riscos operacionais e desgaste institucional, especialmente em áreas de circulação pública ou em visitas oficiais.

Trata-se de medida com baixo grau de complexidade técnica, mas de alto impacto funcional e simbólico, considerando que a sinalização institucional é parte integrante da imagem organizacional, contribuindo para a eficiência, segurança, organização e valorização dos espaços físicos sob responsabilidade da Administração Pública Federal.

Além disso, a padronização e atualização da sinalização favorecem práticas de sustentabilidade, na medida em que:

- Reduzem a necessidade de substituições frequentes por desgaste;
- Permitem revitalização de placas existentes (reutilização de estrutura física);
- Utilizam materiais com maior durabilidade e menor impacto ambiental.

A contratação visa, portanto, melhorar a eficiência da comunicação visual, a durabilidade da sinalização e a estética dos ambientes institucionais, em consonância com os princípios da eficiência, padronização, economicidade e sustentabilidade, conforme previsto na legislação aplicável.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Assessoria de Comunicação Social (CCS)	JHESSYCA DA COSTA THOMPSON

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos Legais

A contratada deverá:

- Estar regularmente constituída, com CNPJ ativo e CNAE compatível com os serviços objeto da contratação;
- Atender integralmente à Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- Cumprir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) pertinentes aos materiais e processos de sinalização (ex: ABNT NBR 14.222/2019, NBR 9050/2015 – Acessibilidade, entre outras);
- Observar as legislações trabalhista, previdenciária, ambiental, de saúde e segurança do trabalho;
- Apresentar regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigida para contratação com o Poder Público.

4.2. Requisitos Específicos

A sinalização contratada deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:

- Placas novas em chapa de alumínio (2 mm ou 4 mm), PVC ou inox, com adesivagem vinílica de alta resolução, proteção UV e acabamento fosco ou brilhante;
- Estruturas metálicas de sustentação com tratamento anticorrosivo (ex.: aplicação de base prime e pintura automotiva);
- Placas circulares e retangulares conforme tamanhos definidos (ex: 50x38 cm; 86x120 cm; 40 cm de diâmetro);
- Placas de porta e identificação interna em PVC, inox ou acrílico, com gravação a laser ou vinil, de acordo com o padrão visual da Força Aérea Brasileira;
- Revitalização de placas existentes, com remoção técnica do adesivo antigo, limpeza, preparação da superfície e nova aplicação com acabamento profissional.

4.3. Requisitos Temporais

- O prazo de execução não poderá ultrapassar 30 dias corridos para ser concluído;
- A instalação, troca ou revitalização deverá ocorrer em tempo hábil, de forma contínua e organizada, com mínima interferência na rotina administrativa da OM.

4.4. Requisitos Geográficos

- A execução dos serviços deverá ocorrer in loco, nas dependências dos locais indicados pelo CINDACTA IV (Manaus/AM);
- A contratada será responsável pela logística de transporte, entrega, instalação e descarte de resíduos, considerando as particularidades da Região Norte (distâncias, umidade, clima, etc.).

4.5. Requisitos de Manutenção e Garantia

- As placas e materiais fornecidos deverão ter vida útil compatível com uso institucional contínuo;
- Garantia mínima de:
 - 12 (doze) meses para placas novas e serviços de instalação;
 - 3 (três) meses para serviços de adesivagem em placas existentes;
- A contratada será responsável por substituições ou reparos, sem ônus para a Administração, nos casos de falhas de fabricação, adesivagem mal executada ou defeitos no material, durante o período de garantia.

4.6. Requisitos Gerais da Contratação

- Toda a sinalização deverá obedecer ao padrão visual institucional da Força Aérea Brasileira, incluindo cores, fontes, logos e demais elementos;
- Os materiais deverão ser resistentes à ação de intempéries (chuva, sol, umidade) e adequados ao uso externo ou interno, conforme o local de instalação;

- A contratada deverá fornecer e instalar os itens, responsabilizando-se também pela remoção e descarte ambientalmente adequado das placas antigas ou materiais substituídos;
- Serão priorizados materiais recicláveis, reaproveitáveis ou de menor impacto ambiental, em consonância com os princípios da sustentabilidade;
- Todos os serviços deverão observar os princípios da economicidade, eficiência, segurança e estética institucional, sem comprometer a qualidade, durabilidade ou padronização.

5. Levantamento de Mercado

Durante a fase de planejamento da contratação, foram analisadas as alternativas possíveis para atender à necessidade de revitalização da sinalização institucional do CINDACTA IV e de seus destacamentos, por meio da aquisição de placas de sinalização e da adesivagem. A contratação visa manter a identidade visual padronizada, promover maior durabilidade da sinalização e garantir a adequada orientação visual nas instalações militares.

5.1. Execução interna pelo CINDACTA IV ou por outra Organização Militar da Força Aérea

A execução interna foi considerada, mas se mostrou inviável sob os aspectos técnico, logístico e econômico, pelos seguintes motivos:

- Inexistência de estrutura gráfica ou oficina interna com capacidade para fabricar, recortar, soldar ou adesivar placas de alumínio com acabamento técnico e durável;
- Ausência de equipamentos especializados, como máquinas de impressão digital de alta resolução, laminadoras UV e recorte eletrônico;
- Falta de pessoal técnico qualificado para desenvolver as atividades com qualidade e segurança;
- O serviço requer precisão gráfica, uso de materiais normatizados e acabamento profissional, o que ultrapassa a capacidade atual de autossuprimento da Organização Militar.

Portanto, a produção e instalação direta pelas unidades da FAB foi descartada como solução viável.

5.2. Locação ou reaproveitamento de sinalização

A hipótese de locação ou reaproveitamento de placas também foi considerada, mas se mostrou inadequada por diversas razões:

- A locação de placas de sinalização não é uma prática comum no mercado, especialmente para uso fixo e contínuo em instalações institucionais;
- O reaproveitamento de placas existentes é limitado, pois muitas estão danificadas, obsoletas ou com layout desatualizado, e a substituição parcial comprometeria a uniformidade visual;
- A manutenção corretiva recorrente geraria custos operacionais elevados e risco de inconsistência estética e funcional nas áreas de circulação e comunicação visual da OM.

Dessa forma, a solução de locação ou reaproveitamento foi tecnicamente inadequada e economicamente injustificada.

5.3. Contratação de empresa especializada para confecção de placas e adesivação

A alternativa mais vantajosa e tecnicamente adequada identificada foi a contratação de empresa especializada na confecção de placas e adesivagem de placas de sinalização, por meio de processo licitatório. Essa solução assegura:

- Uniformização da identidade visual da Organização Militar e suas unidades subordinadas;
- Placas novas, com aplicação de adesivo vinílico de alta performance, recorte eletrônico e proteção UV, em conformidade com as normas técnicas e o layout institucional;
- Revitalização da comunicação visual existente, por meio de adesivação sobre placas previamente instaladas, com remoção e preparação técnica da superfície;
- Garantia de durabilidade, visibilidade e acabamento profissional, com menor risco de retrabalho ou desgaste precoce;
- Melhor relação custo-benefício, pois concentra o serviço em um único processo, otimizando a logística e a execução contratual.

5.4. Considerações sobre a competitividade

Durante o levantamento de mercado, foi verificada a existência de fornecedores capacitados, tanto no mercado local quanto nacional, capazes de atender às especificações dos itens (tipos de placas, tamanhos, materiais e serviços de adesivagem). Foi considerado:

- Contratações similares realizadas por outras unidades da Administração Pública, disponíveis no Sistema de Preços do Governo Federal.

Concluiu-se que não há restrição significativa à competitividade, sendo possível a ampla participação de empresas do ramo de comunicação visual e gráficas especializadas.

6. Descrição da solução como um todo

Confecção de placas de sinalização e adesivos vinílicos institucionais, novos, com garantia e especificações técnicas compatíveis com uso institucional contínuo, incluindo instalação e/ou adesivagem, destinados a atender às necessidades do CINDACTA IV e de seus destacamentos subordinados, localizados em Manaus/AM.

Da classificação dos serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade (DECRETO Nº 9.507, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018)

Os serviços de confecção de placas de sinalização e de adesivação de placas existentes enquadram-se como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares às competências da Organização Militar, nos termos do art. 3º, §1º, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018:

“§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.”

Trata-se de serviços de natureza operacional, voltados à padronização, revitalização e manutenção da identidade visual das instalações, sem qualquer relação com atividades estratégicas, decisórias ou inerentes às carreiras típicas do serviço público. Assim, sua contratação por terceiros é plenamente cabível, não havendo vedação legal ou administrativa quanto à execução indireta desses serviços.

Da natureza da solução

O objeto em questão caracteriza-se como serviços comuns, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de qualidade e desempenho podem ser definidos de forma objetiva no edital, por meio de especificações usuais de mercado, possibilitando a seleção da proposta mais vantajosa.

Da dedicação exclusiva ou não da mão de obra

Não se aplica tem em vista a solução.

Das aprovações e os Licenciamentos pertinentes junto às autoridades competentes

A contrata é responsável por toda aprovação e licenciamento junto às autoridades competentes, necessário para o pleno atendimento da solução,

Do modelo de execução

Nos termos do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, os contratos administrativos podem ser firmados sob diferentes modelos de execução, a depender da natureza do objeto, da forma de entrega, da duração da prestação e da responsabilidade técnica envolvida. Abaixo, apresenta-se um panorama dos principais regimes legalmente previstos, aplicáveis tanto a serviços quanto a fornecimentos:

- X – Compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento;
- XV – Serviços e fornecimentos contínuos: referem-se àqueles necessários à manutenção da atividade administrativa da Administração Pública, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, normalmente com execução renovável e ininterrupta;
- XVI – Serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra: caracterizam-se por exigir que:
 - a) os empregados do contratado estejam à disposição da Administração nas suas dependências;
 - b) não haja compartilhamento de recursos humanos e materiais com outros contratos;
 - c) haja possibilidade de fiscalização direta por parte da Administração;
- XVII – Serviços não contínuos ou contratados por escopo: são serviços com objeto e escopo específicos, a serem executados em período predeterminado, com possibilidade de prorrogação justificada até a conclusão do objeto;

- XXVIII – Empreitada por preço unitário: regime em que o contratado recebe por unidade executada, conforme medições, sendo adequado para objetos com quantidades variáveis;
- XXIX – Empreitada por preço global: regime de contratação por valor fixo e determinado para o escopo total previamente definido;
- XXX – Empreitada integral: contratação de empreendimento completo, abrangendo todas as etapas, sob responsabilidade do contratado, até a entrega final em condições de operação;
- XXXI – Contratação por tarefa: regime específico para pequenos serviços remunerados por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;
- XXXII – Contratação integrada: regime que abrange projeto, execução, fornecimentos, testes e entrega final pelo contratado, inclusive com pré-operação;
- XXXIII – Contratação semi-integrada: semelhante à integrada, mas com projeto básico fornecido pela Administração;
- XXXIV – Fornecimento com prestação de serviço associado: contratação em que o fornecedor, além de entregar o bem, responsabiliza-se por sua operação e/ou manutenção por tempo determinado.

A presente contratação refere-se à confecção e instalação de placas institucionais, bem como à adesivação, substituição ou revitalização de placas existentes, atividades com escopo bem definido e execução por demanda.

Os serviços:

- Não são contínuos, pois não exigem execução permanente ou ininterrupta (não se enquadram no inciso XV);
- Não exigem dedicação exclusiva de mão de obra, tampouco alocação permanente de equipe (inciso XVI);
- Estão vinculados à entrega de produto final por unidade medida, como placas fabricadas, instaladas ou adesivadas (inciso XVII – serviços por escopo).

Considerando que os pagamentos serão realizados por unidade efetivamente executada, conforme demanda e medição da Administração, o regime mais adequado é o de empreitada por preço unitário (inciso XXVIII), o que:

- Garante aderência legal e segurança técnica;
- Permite flexibilidade de execução e contratação via Sistema de Registro de Preços (SRP), se for o caso;
- Assegura controle e economicidade por parte da Administração.

O modelo de execução que melhor se adequa à presente contratação é o de serviços não contínuos (art. 6º, XVII), com execução sob o regime de empreitada por preço unitário (art. 6º, XXVIII), por atender às características de escopo definido, execução sob demanda e pagamento proporcional à entrega, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Da localidade

A relação a seguir apresenta as localidades que serão atendidas:

Estado	Cidade	Endereço Completo da Instalação
Amazonas	Manaus	CINDACTA IV/Rancho - Endereço: Av. do Turismo 1350 - Tarumã - CEP: 69041-010 - Manaus - AM
		SIAT/Hotel de Transito/SERIPA VII - Endereço: Av. Santos Dumont, s/n - Tarumã, Manaus - AM, 69041-000 - Manaus - AM (SERIPA VII)
		DTCEA-EG - Endereço: Aeroporto Internacional Eduardo Gomes - Av. Santos-Dumont, s/nº CEP 69092-970 - Manaus - AM
		DTCEA-MN - Endereço: RUA ZEBU, S/N - COLÔNIA OLIVEIRA MACHADO - CEP: 69074-185 MANAUS - AM

Da Solução

A solução identificada como mais adequada consiste na confecção e instalação de placas de sinalização e adesivos vinílicos institucionais, novos, com garantia e especificações técnicas compatíveis com uso externo e interno contínuo, destinados à revitalização da identidade visual, padronização e sinalização das instalações do CINDACTA IV e seus destacamentos.

Justificativas técnicas e econômicas

A padronização e a adequada sinalização dos ambientes institucionais são fundamentais para:

- Garantir a orientação de militares, servidores e visitantes dentro das instalações;
- Assegurar a conformidade com normas de acessibilidade, segurança e identidade visual institucional;
- Reforçar o zelo, a estética e a imagem organizacional da Força Aérea Brasileira em suas unidades operacionais.

A atual estrutura de placas apresenta desgaste natural por exposição às intempéries, desatualização de nomenclaturas e despadronização visual entre áreas internas e externas, comprometendo a legibilidade, a durabilidade e a estética institucional.

A contratação abrange:

- Placas novas em chapa de alumínio com estruturas metálicas tratadas, instalação completa e acabamento com adesivo vinílico com proteção UV;
- Adesivação de placas já instaladas, com remoção de adesivos antigos, limpeza técnica da superfície e aplicação de novo material conforme padrão visual da Organização Militar;
- Placas internas de identificação de portas, setores e sinalizações específicas, com gravações a laser, adesivos institucionais ou acabamento em inox, conforme especificado por item;
- Placas de sinalização viária (como as de limite de velocidade) para áreas internas da Organização, conforme padrão de sinalização horizontal e vertical aplicável a ambientes institucionais.

Manutenção, garantia e suporte

Durante o período de garantia, a contratada deverá providenciar, sem ônus para a Administração:

- Reposição de placas ou adesivos com defeitos de fabricação (como falhas de impressão, adesão ou corrosão precoce);
- Correção de falhas de instalação que comprometam a fixação, a legibilidade ou a integridade dos materiais;
- Substituição de componentes que apresentem desgaste anormal dentro do prazo contratual, conforme condições de uso previstas.

Todos os materiais deverão ser novos, de primeira linha, com características adequadas ao uso externo (resistência a sol, chuva e umidade) ou interno (durabilidade, acabamento visual e segurança), devendo ser entregues e instalados prontos para uso, conforme padrão visual definido pelo Comando da Aeronáutica.

A solução proposta atende diretamente à necessidade de conservação das instalações, adequação da comunicação visual institucional, segurança organizacional e padronização de sinalização, em conformidade com os princípios da eficiência, planejamento, segurança, estética e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A confecção e instalação será realizado sob demanda, conforme cronograma e locais definidos pela Administração, permitindo substituições localizadas e atualizações contínuas, conforme a realidade operacional dos setores envolvidos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Foram estimadas as seguintes quantidades para atendimento das necessidades de sinalização e identidade visual do CINDACTA IV:

- 20 unidades de **Placa de sinalização externa em alumínio 2 mm**, tamanho 50 x 38 cm, com estrutura metálica tratada e instalação;
- 20 unidades de **Placa de sinalização externa em alumínio 4 mm**, tamanho 50 x 150 cm, com estrutura metálica tratada e instalação;
- 20 unidades de **Placa de sinalização externa em alumínio 4 mm**, tamanho 100 x 150 cm, com estrutura metálica tratada e instalação;
- 20 unidades de **Placa de sinalização externa em alumínio 4 mm**, tamanho 86 x 120 cm, com estrutura metálica tratada e instalação;
- 20 unidades de **Placa de sinalização externa em alumínio 4 mm**, tamanho 100 x 150 cm, com instalação (sem estrutura metálica);
- 20 unidades de **Placa de velocidade máxima**, alumínio 2 mm, diâmetro 40 cm, com adesivo de vinil e instalação;
- 300 unidades de **Placa de identificação de porta**, material PVC 40 x 15 cm, adesivada com papel vinílico e instalação;
- 20 unidades de **Placa de identificação de porta**, inox fixado em acrílico 25 x 35 cm, com gravação a laser e instalação;
- 100 unidades de **Placa de identificação em inox**, tamanho 12 x 3,5 cm, com gravação a laser e instalação;

- 20 unidades de **Adesivação em placa existente**, tamanho 50 x 38 cm, com remoção de adesivo antigo, limpeza técnica e nova aplicação;
- 20 unidades de **Adesivação em placa existente**, tamanho 50 x 150 cm;
- 40 unidades de **Adesivação em placa existente**, tamanho 100 x 150 cm;
- 20 unidades de **Adesivação em placa existente**, tamanho 86 x 120 cm;
- 20 unidades de **Adesivação em placa existente**, diâmetro 40 cm.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 79.653,80

Justificativa da opção pelo orçamento sigiloso

Não se aplica a este caso, uma vez que não há elementos que justifiquem a adoção do orçamento sigiloso. O orçamento estimado será público, conforme regra geral prevista no art. 24, §3º, da Lei nº 14.133/2021, garantindo a transparência do processo e a ampla competitividade entre os licitantes.

Estrutura do Custo

A composição dos custos estimados para esta contratação foi estruturada com base no modelo de confecção e instalação definitiva para as placas e adesivação, considerando:

- Valor unitário dos itens, conforme suas respectivas especificações técnicas e padrões mínimos de qualidade estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar;
- Encargos acessórios necessários à efetiva entrega e utilização, tais como serviços de instalação, fixação, remoção de estruturas antigas, preparação de superfícies e demais adequações, sempre que aplicável;
- Custos logísticos envolvidos na entrega em local previamente designado pela Administração, incluindo frete, deslocamento de equipe técnica e eventuais despesas com manuseio especializado.

A estrutura de custos contempla, portanto, a execução dos serviços de forma plena para condições de uso imediato do produto final, assegurando sua funcionalidade e compatibilidade com o ambiente institucional de destino. Não se limita apenas ao fornecimento do bem, mas abrange todos os encargos necessários à sua instalação, operação adequada e conformidade com as exigências normativas aplicáveis.

Fundamentação Normativa do Levantamento de Preços

A definição do valor estimado da contratação observou os dispositivos do art. 23, § 1º, incisos I, da Lei nº 14.133/2021, bem como os critérios estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que disciplinam a realização da pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

Metodologia Adotada para a Pesquisa de Preços

Conforme dispõe o § 1º do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, foram priorizados os parâmetros previstos nos incisos I e II, relativos a bases oficiais e contratações públicas similares.

A metodologia adotada permitiu a formação de um valor estimado compatível com a realidade de mercado, assegurando consistência técnica, economicidade e conformidade legal, em atendimento aos princípios que regem as contratações públicas, especialmente os previstos nos arts. 11 e 23 da Lei nº 14.133/2021.

Consolidação do Custo Estimado da Contratação

Com base nas premissas operacionais da solução, nas referências oficiais consultadas e nos critérios técnicos de estimativa adotados, chegou-se à seguinte previsão de custo global da contratação:

- **Custo estimado:**
R\$ 79.653,80
(setenta e nove mil e seiscentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos).

Especificação Técnica de acordo com o catálogo eletrônico de padronização, ou a justificativa para não utilização

Conforme consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização (CEP/PNCP), verificou-se que não há item padronizado aplicável ao objeto em análise, constando apenas registro referente à aquisição de água mineral, conforme link: <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>.

Em relação ao CATMAT/CATSERV, identificou-se apenas no sistema Compras.gov.br o código:

- CATSERV: 22519 - Confecção/instalação de placa de sinalização
- CATSERV: 2836 - Instalação / manutenção de sistema de sinalização trânsito vertical / horizontal
- CATSERV: 5452 - Confecção de placas / quadros / distintivos / artefatos de acrílico / metal / laminado / pvc
- CATSERV: 18961 - Confecção / instalação etiqueta personalizada - adesivo

Embora não represente de forma integral as especificações técnicas deste objeto, será utilizado para registro no sistema, em atendimento às exigências do PNCP. Para efeito de licitação, o Termo de Referência trará a seguinte descrição detalhada:

GRUPO 1 - Confecção e instalação de placas de sinalização novas						
Item	Especificação	CATSERV	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário - R\$	Valor Total R\$
1	Confecção de Placas de sinalização externa material: chapa de alumínio com 2 mm de espessura. Tamanho: 50 x 38cm, com aplicação de adesivo de vinil, finalizado com verniz UV. Estrutura metálica para sustentação de ferro metalon tratado, tamanho: 50 cm de altura e 3 cm de espessura. Características adicionais do ferro de sustentação: aplicação de base prime, pintura automotiva. Instalação ou troca com remoção da placa anterior de responsabilidade da empresa contratada.	22519	Unid.	20	78,00	1.560,00
2	Confecção de Placas de sinalização externa material: chapa de alumínio com 4 mm de espessura. Tamanho: 50 x 150 cm, com aplicação de adesivo de vinil, finalizado com verniz UV. Estrutura metálica para sustentação de ferro metalon tratado, tamanho: 137 cm de altura e 4 cm de espessura. Características adicionais do ferro de sustentação: aplicação de base prime, pintura automotiva. Instalação ou troca com remoção da placa anterior de responsabilidade da empresa contratada.	22519	Unid.	20	338,00	6.760,00
3	Confecção de Placas de sinalização externa material: chapa de alumínio com 4 mm de espessura. Tamanho: 100 x 150 cm, com aplicação de adesivo de vinil, finalizado com verniz UV. Estrutura metálica para sustentação de ferro metalon tratado, tamanho: 137 cm de altura e 4 cm de espessura. Características adicionais do ferro de sustentação: aplicação de base prime, pintura automotiva. Instalação ou troca com remoção da placa anterior de responsabilidade da empresa contratada.	22519	Unid.	20	540,00	10.800,00
4	Confecção de Placas de sinalização externa material: chapa de alumínio com 4 mm de espessura. Tamanho: 86 x 120 cm, com aplicação de adesivo de vinil, finalizado com verniz UV. Estrutura metálica para sustentação de ferro metalon tratado, tamanho: 184 cm de altura e 4 cm de espessura. Características adicionais do ferro de sustentação: aplicação de base prime, pintura automotiva. Instalação ou troca com remoção da placa anterior de responsabilidade da empresa contratada.	22519	Unid.	20	338,00	6.760,00
5	Confecção de Placas de sinalização externa material: chapa de alumínio com 4 mm de espessura. Tamanho: 100 x 150 cm, com aplicação de adesivo de vinil, finalizado com verniz UV. Informações adicionais: Instalação ou troca com remoção da placa anterior de responsabilidade da empresa contratada.	22519	Unid.	20	540,00	10.800,00
6	Confecção de Placas de velocidade máxima permitida de alumínio com 2 mm de espessura, aplicação de adesivo de vinil, finalizado com verniz UV, tamanho 40 com de diâmetro. Instalação ou troca com remoção da placa anterior de responsabilidade da empresa contratada.	2836	Unid.	20	80,00	1.600,00
7	Confecção de Placa de identificação da porta material PVC, Tam 40 x 15 cm, adesivada com papel vinílico gravado com texto e emblema da organização militar. Arte da gravação a ser disponibilizada pelo contratante. Instalação ou troca com remoção da placa anterior de responsabilidade da empresa contratada.	5452	Unid.	300	34,00	10.200,00
8	Confecção de Placa de identificação de porta material inox fixo no acrílico tamanho 25x35 cm, com 4 parafusos para fixar na parede. Gravação de texto e emblema da Organização militar a laser. Instalação ou troca com remoção da placa anterior de responsabilidade da empresa contratada.	5452	Unid.	20	461,30	9.226,00
9	Confecção de Placa de identificação material inox tamanho 12x3,50 cm com texto em gravação a laser. Instalação ou troca com remoção da placa anterior de responsabilidade da empresa contratada.	5452	Unid.	100	75,00	7.500,00
Total do Grupo 1						65.206,00
Grupo 2 – Confecção e instalação de adesivagem de placas existentes						
Item	Especificação	CATSERV	Unidade de	Quantidade	Valor Unitário	Valor

			Medida		- R\$	Total R\$
10	<p>Confecção de Adesivo vinílico em placa de sinalização existente</p> <p>Adesivo em vinil autoadesivo de alta performance, próprio para uso externo, com impressão digital em alta resolução, resistência a intempéries (chuva, sol e umidade), com proteção UV e acabamento fosco ou brilhante, conforme padrão visual da Organização Militar, destinado à atualização, revitalização ou substituição da comunicação visual de placas já instaladas, sem substituição da estrutura física.</p> <p>a) Vinil adesivo polimérico ou superior; b) Impressão digital em alta resolução (mín. 1440 dpi); c) Laminação protetiva UV; d) Cores conforme layout institucional; e) Recorte eletrônico compatível com o formato da placa existente.</p> <p>Remoção completa de adesivo antigo, incluindo limpeza técnica da superfície da placa, retirada de resíduos de cola, desengraxe e preparação adequada para nova adesivação, garantindo perfeita aderência do novo material, sem danos à estrutura da placa.</p> <p>a) Remoção mecânica e/ou química adequada; b) Limpeza com produtos apropriados; c) Secagem e inspeção da superfície.</p> <p>Aplicação e instalação do novo adesivo vinílico em placa de sinalização existente, compreendendo a correta fixação do material após a preparação da superfície, com alinhamento, nivelamento, eliminação de bolhas, dobras ou imperfeições, garantindo acabamento profissional, perfeita aderência e legibilidade da sinalização, conforme padrão visual da Organização Militar.</p> <p>a) Aplicação manual ou técnica apropriada ao tipo de vinil; b) Alinhamento e posicionamento conforme layout institucional; c) Eliminação de bolhas, rugas ou falhas de aderência; d) Conferência final do acabamento e da legibilidade; e) Serviço considerado concluído somente após a placa estar totalmente adesivada e em condições de uso.</p> <p>Tamanho: 50 x 38cm.</p>	18961	Unid.	20	48,00	960,00
11	Idem - item 10 - Tamanho: 50 x 150 cm	18961	Unid.	20	111,00	2.220,00
12	Idem - item 10 - Tamanho: 100 x 150 cm	18961	Unid.	40	196,90	7.876,00
13	Idem - item 10 - Tamanho: 86 x 120 cm	18961	Unid.	20	146,50	2.930,00
14	Idem - item 10 - Tamanho 40 com de diâmetro	18961	Unid.	20	23,09	461,80
Total do Grupo 2						14.447,80

Dessa forma, eventuais divergências entre a descrição genérica do CATSERV na plataforma compras.gov.br e as especificações detalhadas constantes neste ETP, no Termo de Referência e Edital deverão ser resolvidas em favor destas últimas, que prevalecerão para orientar a execução contratual

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A adoção do parcelamento do objeto nas licitações constitui regra geral da Administração Pública, sendo medida que visa ampliar a competitividade, aumentar a economicidade e permitir a seleção da proposta mais vantajosa, conforme estabelecido:

- No Art. 47 da Lei nº 14.133/2021, aplicável aos serviços em geral;
- No Art. 40, caput e §2º, aplicável às compras;
- E na Súmula nº 247 do TCU, que exige o parcelamento sempre que for técnica e economicamente viável.

Art. 47, caput, da Lei nº 14.133/2021
“As licitações de serviços atenderão aos princípios:
I – da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
II – do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.”

Art. 47, §1º
“Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:
I – a responsabilidade técnica;

II – o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;
III – o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.”

Súmula 247 do TCU

“É obrigatória a adoção do parcelamento do objeto da licitação, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, sem prejuízo da economia de escala.”

No caso presente, foi realizada avaliação técnica e mercadológica considerando a natureza dos serviços envolvidos — confecção de placas de sinalização e adesivagem de placas existentes —, ambos classificados como serviços não contínuos ou contratados por escopo (Lei nº 14.133/2021, art. 6º, XVII), com objeto claramente delimitado e execução finita.

Após a análise, optou-se por não realizar o parcelamento item a item, o que fragmentaria excessivamente o objeto e acarretaria:

- Riscos à padronização visual e técnica da sinalização;
- Aumento da complexidade na gestão e fiscalização contratual;
- Perda de sinergia técnica e de economia de escala;
- Redução da atratividade da contratação, dificultando a participação de fornecedores com capacidade técnica compatível.

Contudo, a formação de dois grupos homogêneos e funcionais foi considerada tecnicamente viável e economicamente vantajosa, nos seguintes termos:

- Grupo I – Confecção e instalação de novas placas, incluindo produção, estrutura metálica, aplicação de adesivo e instalação final;
- Grupo II – Revitalização de placas existentes com adesivo vinílico, abrangendo remoção técnica do adesivo antigo, preparo da superfície e nova aplicação com acabamento institucional.

A modelagem por grupos assegura:

- Padronização visual e funcional da sinalização institucional;
- Ganhos de escala e otimização de recursos dentro de cada grupo;
- Competitividade equilibrada, permitindo a participação de empresas com especialização técnica distinta (confecção x adesivagem);
- Redução de custos indiretos de gestão e fiscalização, evitando a pulverização contratual.

Dessa forma, a estratégia de parcelamento por grupos técnicos atende plenamente aos princípios estabelecidos no art. 47 da Lei nº 14.133/2021, bem como à Súmula 247 do TCU, demonstrando-se a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, por alinhar:

- Compatibilidade técnica e estética (padronização);
- Competitividade e economicidade (eficiência da contratação);
- Racionalização administrativa (melhor gestão contratual).

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação está incluída no Plano Anual de Contratações e no Plano de Logística Sustentável do CINDACTA IV.

11.2. Os dados da dotação orçamentária própria para o exercício de 2026, prevista no orçamento da União, seguem a classificação abaixo:

I) Gestão/Unidade: 0001/120094

II) Fonte de Recursos: 1050A00008

III) Programa de Trabalho: ADM09.008.PT26

IV) Elemento de Despesa: 339039

12. Enquadramento ME/EPP

12.1. Considerando o disposto no art. 4º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, transcreve-se:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I – no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II – no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção dos benefícios referidos no caput deste artigo fica limitada às microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano-calendário da licitação, não tenham celebrado com a Administração Pública contratos cujos valores somados ultrapassem a receita bruta máxima permitida para seu enquadramento, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de que observa esse limite.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para fins da aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

12.2. De forma complementar, destaca-se o teor do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que dispõe sobre os instrumentos voltados à promoção do tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a Administração Pública:

I – deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II – poderá, em licitações para aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

III – deverá estabelecer, nos certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 2º Na hipótese do inciso II, os empenhos e pagamentos poderão ser realizados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 3º Os benefícios previstos neste artigo poderão, justificadamente, priorizar a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

12.3. Com base nos dispositivos legais acima transcritos, e considerando o valor estimado individual de cada item ou grupo constante neste Estudo Técnico Preliminar, entende-se que são passíveis de enquadramento como exclusivos para disputa entre Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006, aqueles cujo valor estimado anual for igual ou inferior a R\$ 80.000,00, observando-se o disposto no § 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 para contratos com vigência superior a um ano.

12.4. Portanto, os dois grupos da Seção 8 – Estimativa do Valor da Contratação serão destinados exclusivamente à participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

13. Processo de Seleção do Fornecedor

O modelo a ser adotado pelas Administrações Públicas nas contratações de bens e serviços, em regra, é a licitação, sendo aplicáveis as modalidades de pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo, conforme disposto no art. 28 da Lei nº 14.133/2021, em combinação com o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988.

Nos casos em que o objeto possui padrão de desempenho e qualidade claramente definidos, como demonstrado na seção 6 deste ETP, considera-se tratar-se de bens comuns, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, cuja modalidade adequada é o pregão eletrônico.

Adicionalmente, considerando que o valor estimado da contratação (R\$ 168.057,00) supera os limites para dispensa por valor definidos no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, atualizados pelo Decreto nº 12.807/2025 para R\$ 65.492,11 no caso de outros serviços e compras, não se aplica a dispensa de licitação por valor, devendo o certame ser conduzido na forma licitatória.

Para a modalidade pregão, o critério de julgamento de menor preço ou maior desconto é obrigatório, conforme estabelece o art. 4º, inciso I, da IN SEGES/ME nº 73/2022.

No presente caso, será adotado o critério de julgamento por menor preço, com fundamento nos arts. 33, inciso I, e 34 da Lei nº 14.133/2021, os quais determinam que o julgamento por menor preço deve considerar o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

Confecção de placas de sinalização e adesivos vinílicos institucionais, novos, com garantia e especificações técnicas compatíveis com uso institucional contínuo, incluindo instalação e/ou adesivagem, destinados a atender às necessidades do CINDACTA IV e de seus destacamentos subordinados, localizados em Manaus/AM, enquadra-se como serviços comuns, com padrões de qualidade e desempenho definidos de forma objetiva, por meio de especificações usuais de mercado, possibilitando a seleção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, a escolha do pregão eletrônico, com critério de julgamento por menor preço, por grupo, mostra-se a forma mais eficiente, segura e vantajosa para a Administração, atendendo integralmente aos fundamentos da Lei nº 14.133/2021 e às diretrizes da IN SEGES/ME nº 73/2022.

14. Justificativa do PSRP ou não da Solução

14.1. O art. 6º, inciso XLV, da Lei nº 14.133/2021 define o Sistema de Registro de Preços (SRP) como o conjunto de procedimentos destinado à realização, por meio de contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registros formais de preços relativos à prestação de serviços, execução de obras e aquisição ou locação de bens para contratações futuras.

14.2. A utilização do SRP apresenta diversas vantagens, conforme destacado por Teixeira (2019), incluindo:

- Redução no número de licitações, com consequente diminuição dos custos operacionais;
- Diminuição de estoques, viabilizando entregas mais frequentes de produtos novos e frescos, reduzindo perdas por validade;
- Contratações mais ágeis e eficientes;
- Flexibilidade financeira, permitindo a realização de licitações sem bloqueio orçamentário prévio, com a emissão de notas de empenho, ordens de compra ou ordens de serviço somente conforme a necessidade;
- Aprimoramento do planejamento e da gestão de compras públicas**, otimizando os recursos disponíveis.

14.3. O Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, regulamenta as condições para a adoção do SRP, destacando as seguintes situações específicas:

"Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, especialmente:

I - Quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou a contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - Quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - Para atender à execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão prevista no § 2º do art. 32; ou

V - Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Parágrafo único: O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - Existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - Necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado."

14.4. No caso específico da presente contratação — que envolve **confecção de placas institucionais novas e adesivagem de placas existentes, com instalação e acabamento final** — observa-se que:

- A necessidade de **substituição, instalação ou revitalização de placas ocorre de forma periódica e descentralizada**, tanto no CINDACTA IV quanto em seus **destacamentos subordinados**, situados em diferentes localidades;
- As demandas **não ocorrem simultaneamente**, mas se distribuem ao longo do exercício, conforme reformas, adequações ou diretrizes de comunicação visual padronizada;
- A contratação envolve **serviços executados por escopo**, com remuneração por unidade efetivamente prestada (placa adesivada, placa instalada), o que justifica o uso de **empreitada por preço unitário**;
- **Não é possível definir, com precisão exata, a quantidade total que será necessária** durante a vigência do contrato, embora se tenha uma estimativa inicial de consumo.

14.5. Diante dessas características, constata-se que a contratação **se enquadra nas hipóteses legais que autorizam a adoção do Sistema de Registro de Preços**, sobretudo conforme os incisos I, II, III e V do **art. 3º do Decreto nº 11.462/2023**.

14.6. A adoção do SRP permitirá a **contratação conforme a necessidade real, sem aquisição imediata da totalidade dos itens**, evitando ociosidade, otimizando recursos orçamentários e garantindo **padronização visual e técnica contínua da sinalização institucional**.

14.7. Dessa forma, a Administração **opta pelo processamento da presente contratação por meio do SRP**, mediante licitação na modalidade **pregão**, com formação de **registro de preços válido por até 12 meses**, podendo atender não apenas o CINDACTA IV, mas também suas unidades subordinadas, com **entregas e serviços realizados sob demanda**, conforme necessidade e disponibilidade orçamentária.

15. Condições Específicas para o TR

Garantia da contratação

15.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei no 14.133, de 2021, tendo em vista a baixa complexidade do objeto.

Instalação de escritório

15.2. Há necessidade de que o contratado possua estrutura na localidades.

Margens de Preferência para Bens e Serviços

15.3. Conforme link https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/comissao-interministerial-de-contratacoes-publicas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/lista_completa_ncm_margens_res01.xlsx da lista completa de produtos com margem da página oficial da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, os bens e serviços que trata neste Estudo Técnico Preliminar, não possuem margens de preferências.

16. Duração e Reequilíbrio Eco. Financeira

16.1. DURAÇÃO

Ata de Registro de Preços (ARP)

16.1.1. O prazo de vigência da ARP seja de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, conforme disposto no artigo 22 do Decreto nº 11.462/2023.

Contrato ou Instrumento Equivalente

16.1.2. A contratação da empresa especializada terá prazo de vigência inicial de 2 (dois) meses, contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, conforme art. 105, da Lei nº 14.133/2021.

16.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Ata de Registro de Preços (ARP)

16.2.1. De acordo com o artigo 25 do Decreto Federal nº 11.462/2023, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de:

a) Ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução da ata nos termos pactuados;

b) Criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, com repercussão sobre os preços registrados;

c) Existência de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação dos preços registrados.

16.2.3. Como a contratação trata de serviços comuns, recomenda-se a aplicação do inciso III do art. 25 do Decreto Federal nº 11.462/2023, adotando um índice econômico adequado para reajuste anual dos preços.

16.2.4. Para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro e garantir que a atualização dos valores reflita a variação real dos preços dos serviços, recomenda-se a utilização do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como parâmetro de reajuste. O IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é o principal indicador da inflação no Brasil e reflete a variação dos preços de um amplo conjunto de bens e serviços consumidos pelas famílias.

16.2.5. A escolha do IPCA como índice de reajuste se justifica pelos seguintes fatores:

- Abrangência e Representatividade: Reflete a inflação real do mercado consumidor e acompanha a variação dos preços dos serviços similares aos que serão executados neste instrumento.
- Estabilidade e Previsibilidade: Apresenta um comportamento mais estável em comparação com outros índices, evitando reajustes excessivos ou defasados.
- Conformidade com Práticas Contratuais: Amplamente aceito e utilizado em contratos administrativos para reajustes de preços.
- Adequação à Estrutura de Custos: Alinha-se melhor com os serviços que serão contratados.

16.2.6. Dessa forma, a escolha do IPCA como índice de reajuste anual dos preços da ARP atende ao princípio da razoabilidade e ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, garantindo que os valores praticados reflitam a realidade do mercado consumidor sem expor a Administração a riscos de reajustes excessivos ou defasados.

Contrato ou Instrumento Equivalente

16.2.7. De forma a complementar os subitens anteriores e de preservar o equilíbrio econômico-financeiro, aplica-se o “reajustamento em sentido estrito”, definido na Lei nº 14.133/2021, art. 6º, LVIII, como a aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, devendo esse índice retratar a variação efetiva do custo de produção, admitidos índices específicos ou setoriais. O art. 25, §7º, determina a obrigatoriedade de previsão, no edital, de índice de reajustamento, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e possibilidade de mais de um índice específico/setorial, conforme a realidade dos insumos.

16.2.8. Subsidiariamente, e no que for compatível com a Lei nº 14.133/2021, a IN SEGES/MPDG nº 5/2017 (Subseção VI – Repactuação e Reajuste) orienta que:

- a) o reajuste em sentido estrito consiste na aplicação de índice de correção monetária que reflita a variação efetiva do custo (art. 61 caput);
- b) admite-se sua estipulação em contratos com duração igual ou superior a 1 ano e sem dedicação exclusiva de mão de obra (art. 61, §1º);
- c) a periodicidade mínima é anual, e o termo inicial é a data da proposta ou do orçamento a que ela se referir, ou, para novos reajustes, a data do reajuste anterior (art. 61, §2º);
- d) é nula a tentativa de efeitos financeiros equivalentes a periodicidade inferior à anual (art. 61, §3º).

16.2.9. Independentemente da duração contratual, o edital deverá prever cláusula de reajuste, nos termos do art. 25, §7º, da Lei no 14.133/2021.

16.2.10. Para a contagem da periodicidade, considera-se como termo inicial a data da apresentação da proposta pelo licitante vencedor, por refletir o momento de formação efetiva dos preços ofertados (art. 61, §2º, da IN no 5/2017). Assim, o primeiro reajuste somente poderá ocorrer após 12 (doze) meses contados dessa data, aplicando-se os subsequentes a cada período anual.

16.2.11. O reajustamento assegura a aderência do preço contratado às variações efetivas de mercado, preserva a continuidade da prestação e evita prejuízos à Administração, garantindo uma gestão contratual eficiente e sustentável.

16.2.12. Para adequada atualização dos preços, recomenda-se a adoção de índice definido no subitem 16.2.6..

16.2.13. Periodicidade e marcos temporais:

- I – O reajuste terá periodicidade mínima anual, sendo vedada a aplicação em períodos inferiores.

II – O primeiro reajuste poderá ocorrer após 12 (doze) meses da data-base (apresentação da proposta), e os subsequentes observarão o intervalo de 12 meses a partir do último reajuste.

III – Caso o contrato/ata se encerre antes de 12 meses da data-base, não haverá aplicação do reajuste, preservada a previsão editalícia e contratual (art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

16.2.14. O reajuste incidirá para mais ou para menos, refletindo a variação efetiva do IPCA no período, em conformidade com o art. 6º, LVIII, da Lei nº 14.133/2021.

16.2.15. Esclarece-se que não se aplica a repactuação, própria de contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra. Para o presente objeto (serviço comum, sem dedicação exclusiva de mão de obra e execução sob o regime de empreitada por preço unitário), aplica-se o reajustamento em sentido estrito.

16.2.16. O reajuste não impede, quando cabível e demonstrados os pressupostos legais, a adoção de revisão extraordinária para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

17. Condições para Seleção do Fornecedor

17.1. Habilitação jurídica

17.1.1. Justificativa para o afastamento ou não de cooperativas e/ ou consórcios

17.1.1.1. Cooperativa:

17.1.1.1.1. Nos termos da Lei nº 12.690/2012 e da jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, notadamente a Súmula nº 281, é permitida a participação de cooperativas em processos licitatórios, desde que observados no mínimo os seguintes requisitos:

I - Objeto social compatível – o estatuto da cooperativa deve contemplar expressamente o fornecimento, instalação e manutenção de estruturas metálicas e lonas/toldos, objeto deste processo;

II - Qualificação técnica – deve ser comprovada a capacidade técnica dos cooperados para execução do serviço especializado, mediante atestados de desempenho anterior ou documentos equivalentes;

III - Regime cooperado – a cooperativa deve comprovar que atua em conformidade com o regime de trabalho associado, com divisão proporcional de receitas e despesas entre os cooperados, conforme previsto em lei;

IV - Vedação à intermediação de mão de obra subordinada – não será admitida a participação de cooperativas que atuem como meras intermediadoras de mão de obra subordinada, em desacordo com o art. 5º da Lei nº 12.690/2012;

V - Gestão e execução – nos casos de execução fora da sede, a cooperativa deverá demonstrar modelo de gestão compartilhada, com revezamento de funções de coordenação, supervisão e preposto, evitando a configuração de vínculo empregatício.

17.1.1.1.2. Assim, fica assegurada a participação de cooperativas regularmente constituídas, desde que comprovem a plena adequação aos requisitos legais e operacionais exigidos, sem prejuízo da competitividade, da economicidade e da execução regular do contrato.

17.1.1.2. Consórcios:

17.1.1.2.1. Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, é permitida a participação de empresas em consórcio nas licitações, observadas no mínimo as seguintes condições:

I - Objeto social compatível – cada empresa consorciada deverá comprovar, em seu contrato/estatuto social, que possui finalidade relacionada ao fornecimento, instalação e/ou manutenção de estruturas metálicas, sombreados e toldos, de forma a garantir a aptidão técnica para execução do objeto;

II - Compromisso formal – apresentação de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, conforme art. 15, I;

III - Empresa líder – indicação da empresa líder do consórcio, responsável por sua representação perante a Administração;

IV - Somatório para habilitação – será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado para efeito de habilitação técnica, e o somatório dos valores para efeito de habilitação econômico-financeira, nos termos do art. 15, III;

V - Vedação à múltipla participação – é vedada a participação de empresa consorciada em mais de um consórcio ou de forma isolada na mesma licitação;

VI - Responsabilidade solidária – os integrantes do consórcio responderão solidariamente pelos atos praticados, tanto na fase de licitação quanto na execução do contrato, conforme art. 15, V;

VII - Exigência econômico-financeira – será aplicado acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre os índices de habilitação econômico-financeira exigidos de licitantes individuais, percentual considerado adequado ao objeto, nos termos do art. 15, §1º;

VIII - Formalização obrigatória – o consórcio vencedor deverá ser formalmente constituído e registrado antes da assinatura do contrato, nos termos do art. 15, §3º.

17.1.1.2.2. Assim, a participação em consórcio será admitida no presente certame, desde que respeitadas integralmente as exigências legais e regulamentares, sem prejuízo da competitividade, da economicidade e da adequada execução do contrato.

17.1.2. Ato de autorização para o exercício da atividade:

17.1.1.2. A equipe de planejamento não identificou legislação que exija.

17.1.3. Atendimento a Legislação Especial:

17.1.1.3. A equipe de planejamento não identificou legislação que exija.

17.2. Habilitação Financeira

17.2.1. Considerando o valor estimado previsto no presente Estudo e o fato da futura formalização de Ata de Registro de Preços, faz-se necessário solicitar a comprovação da aptidão econômico-financeira dos licitantes para o cumprimento das obrigações decorrentes da execução futura. Para tanto, devem ser exigidos os seguintes documentos:

- Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei;
- Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, atestando que o licitante atende aos índices econômico-financeiros estabelecidos no edital;
- Exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

17.2.2. A exigência de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil reforça a legitimidade da documentação para a análise do pregoeiro, tendo em vista que a Administração não dispõe de profissional especializado para auditar e interpretar os demonstrativos contábeis apresentados pelos licitantes.

17.2.3. A exigência de patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor estimado da contratação justifica-se por ser a medida mais razoável para avaliar a capacidade financeira do licitante, considerando o conjunto de seus ativos e passivos, e não apenas sua reserva de capital.

7.3. Habilitação Técnica Profissional e Operacional

17.3.1. Da Qualificação Técnica:

17.3.2. Registro no Conselho Profissional:

17.3.2.1. A equipe de planejamento não identificou legislação que exija.

17.3.2. Da qualificação técnica-operacional:

17.3.2.1. Considerando as parcelas de, no mínimo, 4% (quatro por cento) do valor total de cada contratação, até o limite de 50% do quantitativo previsto, deverá ser definido como critério mínimo de aptidão para a execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto de contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

17.3.2.2. Será aceita a comprovação da execução de pelo menos um dos seguintes serviços:

Grupo 1 – Confecção e instalação de placas novas de sinalização externa e interna

a) Confecção e instalação de placas de sinalização externa ou interna, mesmo que com dimensões diferentes, desde que incluam estrutura metálica, aplicação de adesivo vinílico com proteção UV e instalação em ambiente externo;

b) Manutenção corretiva ou revitalização de sinalização existente com troca de placas e recuperação de suportes estruturais, evidenciando domínio técnico sobre montagem, fixação e acabamento.

Grupo 2 – Adesivagem de placas existentes (serviço técnico de aplicação de vinil)

- a) Adesivagem técnica em superfícies metálicas, plásticas ou similares, com retirada de material antigo, preparação da base, aplicação de vinil autoadesivo de alta performance com laminação UV e acabamento profissional;
- b) Revestimento, envelopamento ou personalização visual de comunicação institucional (inclusive em veículos, fachadas ou mobiliário urbano), com uso de material vinílico conforme identidade visual pré-definida;
- c) Revitalização de sinalização por meio de substituição de adesivos e tratamento da superfície, respeitando layout institucional.

17.3.2.2. Os atestados ou certidões deverão conter, no mínimo:

- Nome do contratante e do contratado;
- Objeto detalhado dos serviços prestados;
- Quantidade, escopo e complexidade executados;
- Local e período da execução;
- Grau de satisfação ou conformidade do serviço (quando disponível).

17.3.2.3. A exigência de qualificação técnica tem como objetivo:

- Assegurar a capacidade mínima de execução dos licitantes;
- Garantir qualidade, uniformidade e aderência ao padrão visual institucional;
- Evitar contratações de risco com empresas inexperientes;
- Preservar a economicidade, a eficiência e o interesse público na execução dos serviços.

17.3.3. Da qualificação técnica-profissional:

17.3.3.1. A equipe de planejamento não identificou legislação que exija.

18. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos serviços de confecção e instalação de placas de sinalização, bem como de revitalização por meio de adesivagem técnica das placas existentes, tem por objetivo promover ganhos diretos e indiretos à Administração Pública, com destaque para os seguintes benefícios:

1. Ganhos Diretos

- Padronização visual e institucional: alinhamento da sinalização ao padrão de identidade visual vigente, garantindo uniformidade estética e comunicacional entre as unidades do CINDACTA IV e destacamentos subordinados;
- Melhoria na orientação e circulação: maior clareza na sinalização interna e externa, reduzindo dúvidas, otimizando o fluxo de pessoas e veículos e contribuindo para a segurança dos usuários;
- Aumento da durabilidade da sinalização: uso de materiais com proteção UV, acabamento técnico e estrutura metálica tratada contra corrosão, o que reduz a frequência de reposições e os custos com manutenção;
- Reforço da imagem institucional: sinalização moderna e conservada projeta imagem de organização, zelo e eficiência à sociedade e aos usuários internos.

2. Ganhos Indiretos

- Melhoria no ambiente organizacional: ambientes bem sinalizados, com aparência uniforme e legível, contribuem para o bem-estar dos usuários e para a percepção de ordem e cuidado;
- Redução de riscos operacionais e jurídicos: a sinalização adequada previne acidentes, minimiza confusões e facilita a atuação de visitantes e equipes externas (ex.: fornecedores, autoridades);
- Estímulo à competitividade local: a contratação favorece empresas especializadas em comunicação visual e adesivagem, fomentando o setor gráfico e de serviços técnicos na região.

3. Contribuição para o Desenvolvimento Nacional Sustentável

- Uso de materiais recicláveis e duráveis: a contratação privilegia o uso de chapas de alumínio e vinis de alta durabilidade, com menor impacto ambiental e redução de resíduos no longo prazo;
- Racionalização de recursos: a revitalização por adesivagem técnica em placas ainda utilizáveis evita o descarte de estruturas físicas em bom estado, promovendo reaproveitamento e consumo consciente.

4. Eficiência e Economicidade

- Melhor aproveitamento de recursos públicos: a contratação previne deteriorações futuras e intervenções emergenciais, gerando economia no ciclo de vida dos itens contratados;
- Efetividade da comunicação institucional: placas atualizadas e padronizadas asseguram que as informações sejam transmitidas com clareza, eficácia e acessibilidade;
- Economia de escala e gestão contratual simplificada: ao agrupar os serviços em dois grandes blocos (confecção de novas placas e adesivagem de placas existentes), a Administração reduz o custo administrativo e operacional da contratação.

19. Possíveis Impactos Ambientais

19.1. Conforme disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, as contratações devem priorizar práticas de sustentabilidade e gestão ambiental, promovendo o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais.

19.1.1. Impacto Ambiental Identificado: Sim.

19.1.1.1. Medidas Mitigadoras Exigidas:

19.1.1.1.1. Redução de Desperdícios e Consumo Sustentável:

19.1.1.1.1.1. Implementar práticas de economia de energia elétrica e água.

19.1.1.1.1.2. Promover treinamentos periódicos para capacitar empregados na gestão sustentável de recursos e resíduos.

19.1.1.1.2. Gestão de Resíduos e Reciclagem:

19.1.1.1.2.1. Resíduos Sólidos: Realizar a coleta seletiva e destinação adequada de resíduos recicláveis, em conformidade com o Decreto nº 10.936/2022.

19.1.1.1.2.2. Materiais Potencialmente Poluidores: Descartar corretamente produtos como lâmpadas, seringas e medicamentos vencidos, seguindo orientações da ABNT e regulamentos ambientais aplicáveis.

19.1.1.1.3. Normas e Regulamentações Ambientais:

19.1.1.1.3.1. Evitar o desperdício de água tratada conforme o Decreto nº 48.138/2003.

19.1.1.1.3.2. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados para o manuseio de materiais.

19.1.2. Licenciamento Ambiental

19.1.2.1. Necessidade Identificada: Não foi constatada a necessidade de licenciamento ambiental dos revendedores, considerando o tipo de materiais descritos.

19.1.3. Recomendações e Observância Normativa

19.1.3.1. A contratada deverá seguir as práticas de sustentabilidade estabelecidas pela Instrução Normativa nº 01, de 19 de Janeiro de 2010, além de todas as normas e regulamentos mencionados neste documento. A implementação dessas medidas garantirá o cumprimento das exigências legais e a minimização dos impactos ambientais associados às aquisições dos materiais.

20. Providências a serem Adotadas

20.1. A estrutura física do local do fornecimento está adequada para a contratação do objeto.

20.2. Os Agentes Administrativos serão designados para compor a Comissão de modo a contribuir com o conhecimento análogo à sua atividade enquanto servidor.

20.3. Os Agentes da Administração estão capacitados para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado.

20.4. Os riscos pertinentes à fase de planejamento foram previstos no Mapa de Riscos.

21. Aprovação e motivação

A contratação de empresa especializada para a confecção, substituição e revitalização de placas de sinalização interna e externa visa atender à necessidade de manutenção da identidade visual institucional e da padronização das instalações físicas do CINDACTA IV e de seus Destacamentos, localizado em Manaus/AM. A medida contribui para atender à necessidade de manutenção da identidade visual institucional e da padronização das instalações físicas do CINDACTA IV e de seus Destacamentos.

A solicitação encontra-se em consonância com o Planejamento de Contratações Anuais (PCA) 2026, da Base Aérea de Manaus, sob o indicador da futura contratação 120630/000167/2026.

Os preços estão compatíveis com os valores de mercado.

APROVO, considerando que o Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Equipe de Planejamento de Contratações do CINDACTA IV.

Brig Ar Marcelo da Costa Antunes

Ordenador de Despesas do CINDACTA IV

22. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

22.1. Justificativa da Viabilidade

Com base na análise realizada no presente estudo técnico preliminar, a contratação demonstra-se viável em relação à disponibilidade no mercado. Não foram identificados obstáculos que inviabilizem a continuidade desse processo de contratação com base nos requisitos mencionados.

Por fim, é importante ressaltar que os serviços buscam melhorar a eficiência da comunicação visual, a durabilidade da sinalização e a estética dos ambientes institucionais, em consonância com os princípios da eficiência, padronização, economicidade e sustentabilidade, conforme previsto na legislação aplicável.

Assim, a equipe responsável pelo planejamento dessa contratação declara sua viabilidade sem restrição com base neste Estudo Técnico Preliminar, conforme estabelecido no inciso XIII do artigo 9º da Instrução Normativa SEGES Nº 58, de 8 de agosto de 2022.

23. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO FELIPE FONTENELE PINTO

Membro da comissão de contratação

JHESSYCA DA COSTA THOMPSON

Membro da comissão de contratação

MARCELO DA COSTA ANTUNES

Autoridade competente

ANDRE CARREIRO DE AQUINO

Membro da comissão de contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Estudo Técnico Preliminar 7/2026
Data/Hora de Criação:	01/04/2026 11:56:09
Páginas do Documento:	20
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	21
Hash MD5:	852e4a79c656ad2dfb4bc21f9f114507
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento ANDRE CARREIRO DE AQUINO no dia 01/04/2026 às 08:02:31 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento ANTONIO FELIPE FONTENELE PINTO no dia 01/04/2026 às 08:08:48 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten JHESSYCA DA COSTA THOMPSON no dia 01/04/2026 às 15:32:25 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel HERBERT MENDES LIMA no dia 09/04/2026 às 10:12:40 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Brig Ar MARCELO DA COSTA ANTUNES no dia 09/04/2026 às 10:51:19 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO